



Economia do agronegócio no Brasil: participação brasileira na cadeia produtiva da soja entre 2015 e 2020

The economics of agribusiness in Brazil: domestic share in the soybean supply chain between 2015 and 2020

Gabriel da Silva Medina - Doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Freiburg, Alemanha. Professor da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: gabriel.medina@unb.br

Resumo

A expansão do agronegócio no Brasil oferece oportunidades para grupos domésticos a partir de um novo paradigma de desenvolvimento. Este artigo traz um levantamento da evolução da participação dos grupos brasileiros na cadeia produtiva da soja produzida no país. Os resultados revelam que os grupos brasileiros perderam participação nos últimos anos, passando de 40% do total do negócio em 2015 para 34,6% em 2020. Neste período, houve mudanças na participação dos grupos domésticos nos segmentos de sementes (de 16,5% para 8,7% do mercado), de fertilizantes (de 33,5% para 19,2%), de agrotóxicos (de 4,3% para 5,8%), de máquinas (de 1,9% para 0,2%) e de agroindústria (de 30,7% para 16,1%). Nestes setores mais intensivos em capital e em tecnologia (excluindo a produção no campo), a participação doméstica caiu proporcionalmente de 12,5% para 7,1% entre 2015 e 2020. Oportunidades criadas pela expansão do agronegócio podem ser aproveitadas por grupos domésticos a partir de novo paradigma desenvolvimentista.

Abstract

Agribusiness economic expansion in Brazil offers areas of opportunities for local entrepreneurs based on a new development paradigm. This paper assesses the evolution of the market share hold by Brazilian groups in the soybean supply chain in Brazil. Results reveal that the market share hold by Brazilian companies as a whole dropped from 40% in 2015 to 34.6% in 2020. In this time span there were changes in the share hold by domestic companies in the segments of seeds (from 16.5% to 8.7%), fertilizers (from 33.5% to 19.2%), pesticides (from 4.3% to 5.8%), machinery (from 1.9% to 0.2%) and trading (from 30.7% to 16.1%). Proportionally, the share of domestic groups in these capital and technology-intensive sectors (excluding the farming sector) dropped from 12.5% in 2015 to 7.1% in 2020. Areas of opportunities created by agribusiness expansion can benefit domestic groups based on a new development paradigm.

Palavras-chave

Multinacionais. Complexo agroindustrial. Oligopólio. *Market share*.

Keywords

Multinationals. Agri-business. Oligopoly. *Market share*.

INTRODUÇÃO

O Brasil está passando por processo de desindustrialização e de crescente dependência econômica da exportação de *commodities* agrícolas e minerais (CANO, 2014; CORONEL, 2020; SAUER; BALESTRO; SCHNEIDER, 2018). Assim como outros países em desenvolvimento, parte importante da economia brasileira hoje é especializada em indústrias baseadas em recursos naturais e de processamento simples (DI MEGLIO *et al.*, 2018). Para reverter essa situação, há um esforço de cientistas e gestores para estabelecer novos paradigmas de desenvolvimento em que países em desenvolvimento se envolvam com o mundo global com base em setores econômicos mais sofisticados que melhor remunerem capital e trabalho (BRITTO; ROMERO; FREITAS, 2019).

O agronegócio é um dos setores econômicos mais dinâmicos no Brasil, levando a debates sobre como sua expansão pode oferecer oportunidades para o desenvolvimento local, superando a atual estratégia simplificada de expansão para novas fronteiras agrícolas com altos custos sociais e ambientais (MEDINA; SANTOS, 2016). Com a perda relativa da participação industrial na economia, o agronegócio¹ tornou-se fundamental para a balança comercial e um dos principais dinamizadores da economia brasileira, inclusive da indústria relacionada à produção agropecuária (NASSIF; BRESSER-PEREIRA; FEIJO, 2017). Em 2019, o agronegócio como um todo foi responsável por 21% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (incluindo a produção agropecuária e a indústria a montante e à jusante da fazenda), enquanto a produção agropecuária apenas representou 5% do PIB nacional (CEPEA, 2020).

Até os anos 1980, empresas líderes brasileiras dominavam os setores industriais ligados ao agronegócio. Tudo isso sofreu um recuo na década de 1990 quando os *global players* assumiram controle da cadeia produtiva da soja e de outras *commodities*, bem como de seu comércio internacional (WILKINSON, 2010). Com a liberalização econômica, a entrada de capital internacional no país dinamizou o agronegócio e criou um ambiente mais competitivo para grupos nacionais (SAES; SILVEIRA, 2014).

As mudanças introduzidas pela crescente integração do país à economia global e pela mudança na forma de intervenção do governo na economia exigem grande esforço de adaptação do setor produtivo e do Estado brasileiro. Apesar da importância do agronegócio feito no país, não existe um projeto integrado e setorial

¹ O agronegócio pode ser compreendido como a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção na unidade de produção, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e dos itens produzidos por meio deles (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

para aproveitar a expansão do setor para o fortalecimento dos empreendedores e da agroindústria domésticos (MEDINA; RIBEIRO; BRASIL, 2016). Para subsidiar a elaboração de política agroindustrial de médio e longo prazos, é vital o conhecimento das cadeias produtivas e das oportunidades existentes.

A atual situação de um ambiente de negócios liberal e globalizado em que o país se insere resulta na necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento baseado em oportunidades criadas por setores econômicos dinâmicos como é o caso do agronegócio. Um desafio crucial é a consolidação de empresas de capital doméstico ao longo das cadeias produtivas do agronegócio feito no Brasil, em superação à crescente hegemonia das multinacionais estrangeiras. Estudos revelam que choques em setores da agroindústria doméstica possuem efeitos positivos superiores aos de outros setores (COSTA; GUILHOTO; IMORI, 2014).

Na história recente, economias em desenvolvimento diminuíram o atraso em relação às mais ricas na medida em que conseguiram alcançar níveis similares de conhecimento tecnológico e de qualificação da mão de obra, e não pela venda de ativos ao capital estrangeiro (PIKETTY, 2014). Considerando a importância do agronegócio brasileiro, e a relevância da cadeia produtiva da soja em particular, este artigo traz uma análise sobre o espaço ocupado pelo capital doméstico e as oportunidades e desafios existentes para a ampliação dessa participação. Especificamente para o estudo da cadeia produtiva da soja, busca-se responder as seguintes perguntas:

- Como evoluiu a participação de grupos brasileiros na cadeia produtiva da soja plantada no Brasil nos últimos anos (entre 2015 e 2020)?
- Quais as oportunidades para investimentos criadas na cadeia produtiva que podem ser aproveitadas por grupos brasileiros?

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento sempre foi concebido em termos de projetos nacionais ou coletivos de transformação estrutural e social nos contextos de atraso e subordinação do capitalismo globalizado (FISCHER, 2019). Cientistas de países em desenvolvimento têm desempenhado papel fundamental na concepção de teorias do desenvolvimento. Esses são os casos da economia do desenvolvimento (FURTADO, 1961), da teoria do desenvolvimento dependente associado (CARDOSO; FALETTTO, 1979) e de novos paradigmas como o novo desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2018).

A economia clássica concebe o crescimento econômico baseado em mercados livres, em vantagens competitivas e na baixa intervenção governamental

(SMITH, 1776). A economia clássica influenciou os programas neoliberais e a teoria do desenvolvimento dependente associado (CARDOSO; FALETTTO, 1979). Para economistas neoclássicos, o Estado pode influenciar a alocação eficiente de recursos, ajustando as taxas de juros, realizando investimentos e promovendo políticas para manter o emprego pleno (KEYNES, 1936). A teoria neoclássica reconhece a importância das abordagens de desenvolvimento promovidas pelo Estado e, assim, influenciou a economia do desenvolvimento e o novo desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2018).

A economia do desenvolvimento enfocou no desenvolvimento da periferia econômica baseada em proteções para a indústria doméstica que possibilitariam o modelo de industrialização baseado na substituição de importações. Como Raul Prebisch delineou, as periferias são condicionadas pela propagação do progresso técnico com direção externa, situação que precisa ser revertida para o desenvolvimento da periferia (PEET; HARTWIK, 1999). Na América Latina, a economia do desenvolvimento ganhou o nome de Estruturalismo Latino-americano porque definiu o desenvolvimento econômico como mudança estrutural. Foi a teoria dominante do desenvolvimento econômico no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960, com influência até a década de 1980.

Como alternativa à economia do desenvolvimento, a teoria do desenvolvimento dependente associada parte da ideia de que os países em desenvolvimento, ao se associarem com os países já desenvolvidos, podem tirar proveito de investimentos estrangeiros para se desenvolverem. Essa teoria pressupõe uma conciliação de interesses internos e externos e um elo entre desenvolvimento e dependência externa, tornando-se muito influente no Brasil a partir de 1980. Como o Brasil precisava de financiamento externo para tecnologia e investimento naquele momento, houve uma transição clara para um modelo associado dependente (CARDOSO; FALETTTO, 1979).

O desenvolvimento dependente associado pressupõe que a abertura aos mercados internacionais é uma maneira de atrair capital estrangeiro. Essa abordagem é bem explorada pela vasta literatura sobre investimentos estrangeiros diretos (STOSBERG, 2005). O neoliberalismo implementado no Brasil a partir de 1990 esteve ancorado no livre mercado, na abertura comercial, na redução da intervenção governamental e na disciplina fiscal.

Como paradigma ainda em construção, o novo desenvolvimento pressupõe um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de bens manufaturados apoiados por uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial competitivo (BRESSER-PEREIRA, 2020). A mudança estrutural em direção a uma base industrial mais sofisticada é considerada condição *sine qua non* para

uma economia emergente convergir para economias desenvolvidas (NASSIF; BRESSER-PEREIRA; FEIJO, 2017). Portanto, o novo desenvolvimentismo inclui a criação de oportunidades para grupos domésticos aumentarem sua participação nos setores industriais com base em políticas de longo prazo (NASSIF; BRESSER-PEREIRA; FEIJO, 2017).

Uma industrialização no sentido de atualizar a base produtiva para atividades de maior valor agregado e maior complexidade e sofisticação de suas estruturas produtivas e comerciais segue como um caminho promissor para o desenvolvimento (CARDOSO; REIS, 2018). O sucesso do padrão de inserção externa será ampliado pela capacidade tecnológica doméstica e sua contribuição para elevar a produtividade e os salários do setor exportador e das demais atividades da economia (CARDOSO; REIS, 2018).

2 METODOLOGIA

Este trabalho partiu de avaliações financeiras sobre os custos da produção da soja para determinar as principais etapas da cadeia produtiva: sementes, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas, agroindústria/comercialização, custo da terra e mão de obra (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015). O segundo passo foi identificar os insumos mais comumente utilizados para cada etapa produtiva, seus fornecedores e país de origem dos acionistas da empresa fornecedora. Isso foi feito a partir de entrevistas com especialistas que trabalham nas principais etapas da cadeia, da revisão da literatura especializada e da consulta ao material institucional das empresas e suas associações setoriais citados ao longo do trabalho.

No Brasil, as associações de produtores organizadas por segmentos estimam a participação de seus associados no mercado e divulgam essas informações em seus anuários estatísticos muitas vezes disponíveis em suas páginas de *internet*. São exemplos a Abrass (ABRASS, 2020) e a Abrasem (ABRASEM, 2021) para sementes, a Anda (ANDA, 2020) para fertilizantes, a Aenda (AENDA, 2020) para agrotóxicos, a Anfavea (ANFAVEA, 2020) para máquinas e a Aprosoja (APROSOJA BRASIL, 2018) para os produtores de soja.

A partir das informações levantadas, estimou-se a participação (*market share*) das empresas de capital doméstico para os anos com disponibilidade de dados (2015 e 2020). Esta estimativa foi particularmente desafiadora, pois as empresas não costumam disponibilizar os dados sobre sua participação, sobretudo as multinacionais (MURPHY; BURCH; CLAPP, 2012). A participação das corporações multinacionais estrangeiras é difícil de ser detectada também porque muitas vezes elas vendem seus produtos com os nomes das marcas

das empresas locais que foram compradas por elas (SANTOS; GLASS, 2018). Por isso, em muitos casos, foram feitas estimativas considerando também a experiência dos especialistas consultados de acordo com a abordagem utilizada em estudo anterior (MEDINA; RIBEIRO; BRASIL, 2016).

Para estimar a participação de mercado total dos grupos domésticos (P) em cada segmento da cadeia produtiva, foram somadas as participações de mercado de todas as empresas com capital brasileiro ($\sum_{i=1}^n Bri$). A participação doméstica na cadeia produtiva (PD) resultou da soma ponderada das participações de grupos empresariais com capital brasileiro em cada um dos sete segmentos analisados (de sementes a agroindústrias), conforme a equação 1 a seguir. A soma da participação doméstica está apresentada na Tabela 6 da seção de resultados.

$$PD = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6+P7)/7, \text{ sendo que } P = \sum_{i=1}^n Bri \quad (1)$$

3 RESULTADOS

3.1 SEMENTES

O segmento de produção de sementes de soja é dividido entre obtentores (desenvolvedores de tecnologia de sementes) e empresas licenciadas para produzir sementes mediante pagamento de *royalties* aos obtentores. No mercado de sementes de soja, normalmente, os obtentores desenvolvem tecnologias de sementes transgênicas. No entanto, obtentores também produzem sementes e licenciados também lançam variedades próprias a partir de seu banco de germoplasma pagando *royalties* quando usam tecnologia de transgenia dos obtentores. No Brasil, estima-se que 93% das sementes de soja plantadas sejam transgênicas (MEDINA; RIBEIRO; BRASIL, 2016).

Na geração de tecnologias, o mercado brasileiro é altamente concentrado em torno da alemã Bayer que adquiriu a Monsanto e a marca Monsoy em 2018. Desde a criação da soja resistente ao Roundup (RR®), a então Monsanto lidera o mercado. Hoje a Bayer usa a tecnologia Intacta® RR2 PRO resistente ao Roundup e a lagartas tanto para a produção de suas sementes pela Monsoy quanto para o licenciamento da tecnologia para empresas produtoras de sementes. Para os próximos anos, a empresa aposta na tecnologia patenteada Intacta 2 Xtend® para a produção de sementes resistentes ao Roundup, a lagartas e ao Dicamba, agrotóxico utilizado para o controle de plantas daninhas como a buva².

² O lançamento antecipado desta nova tecnologia patenteada (Intacta 2 Xtend®) pode estar relacionado com a iniciativa em curso de produtores rurais brasileiros ligados à Aprosoja que contestam a validade da patente Intacta RR2 PRO por não haver qualquer inovação tecnológica

Outra empresa multinacional importante no mercado de sementes de soja é a Pioneer que hoje pertence ao grupo Corteva e produz sementes com tecnologias próprias tolerantes a nematoides e usa a tecnologia Intacta® RR2 para produzir variedades a partir de seu banco de germoplasma, além de sementes convencionais (não transgênicas). A Pioneer, criada em Iowa, nos EUA, foi incorporada à DuPont em 2005 e à Corteva Agriscience™ em 2018, que foi fundada a partir da Dow, DuPont e Pioneer. Em 2019 a Corteva Agriscience se separou da *holding* DowDuPont, tornando-se uma companhia independente. A próxima tecnologia a ser lançada pela Corteva é o pacote Enlist™ que combina tolerância ao 2,4-D, ao glifosato, ao glufosinato e proteínas de resistência a insetos. Adicionalmente, a Syngenta (antes suíça e hoje chinesa) está entre as empresas multinacionais de sementes que esperam ganhos de *market share* nos próximos anos.

Entre as empresas licenciadas produtoras de sementes, há número maior de empresas e maior participação de grupos brasileiros. Neste segmento, há empresas que produzem variedades próprias a partir de seus bancos de germoplasma pagando *royalties* para o uso de tecnologias de transgenia patenteadas por obtentoras e empresas que apenas multiplicam variedades já desenvolvidas (multiplicadoras). A empresa argentina GDM Seeds, especializada em sementes, deixou para trás a Monsanto/Bayer, e assumiu a liderança do mercado brasileiro de sementes de soja, com 38% do total do mercado em 2020. A GDM comercializa no Brasil as marcas Brasmax e DonMario e tem expectativa de se consolidar com 42% do mercado brasileiro.

A Tropical Melhoramento & Genética (TMG) é a brasileira com maior fatia no mercado de sementes, liderando as vendas no estado do Mato Grosso. Criada em 2001, em 2008 lançou a tecnologia Inox® com gene de resistência à ferrugem asiática. Em 2014 lançou cultivares TMG Intacta RR2 PRO™ + Inox® unindo tecnologia própria com tecnologia licenciada. Outros exemplos incluem empresas brasileiras que trabalham em parceria com a Embrapa tanto na produção de variedades convencionais quanto de variedades licenciadas para a tecnologia Intacta RR2 PRO™. Em 2015, a Cooperativa Central Gaúcha (CCGL) e seu reconhecido banco de germoplasma foram comprados pela Bayer e saiu da lista de grupos com capital brasileiro³.

em relação à tecnologia RR (que já tem patente expirada). Os produtores requerem na justiça o direito de reaver os *royalties* pagos quando do plantio das sementes.

³ No Brasil, há em torno de 300 produtores de sementes de soja entre licenciados e multiplicadores, que comercializam desde mil toneladas de sementes até mais de 40 mil toneladas. Parte desses produtores está associada a associações que incluem a Associação Brasileira de Sementes de Soja (Abrass) e a Associação Brasileira de Semente e Mudas (Abrasen), esta última também representante de multinacionais obtentoras de tecnologias e dedicada à defesa das patentes e ao combate às sementes piratas.

Exemplo de empresa multiplicadora é a Amaggi que multiplica sementes das marcas TMG e Monsoy. Há também produção de sementes de soja convencional no país, assim como há produtores que utilizam sementes próprias e sementes não certificadas. A taxa de utilização de sementes certificadas na safra 2017/18, corresponde a 70% do plantio, o que significa que 70% da área de soja foi plantada com sementes certificadas.

As multinacionais, que são proprietárias das características transferidas ao germoplasma local, captam hoje cerca de 65% do preço final das sementes de soja. Considerando que são pagos R\$ 158,00 de *royalties* por hectare plantado e que o custo com sementes para o plantio de um hectare gira em torno de R\$ 242,00, estima-se que 35% do preço final da semente fiquem com as empresas licenciadas. No caso de sementes convencionais, 100% do preço final ficam as empresas detentoras de banco de germoplasma (MEDINA; RIBEIRO; BRASIL, 2016).

A estimativa de 25% de capital multinacional na produção de sementes foi baseada no fato de a GDM ocupar 38% do mercado, a Bayer ocupar 29% e das demais multinacionais ocuparem 8% em 2020 (Tabela 1). Assim, estima-se que a participação de grupos domésticos na produção de sementes de soja no Brasil tenha caído de 16,5% em 2015 para 8,75 em 2020.

Tabela 1 - *Market share* das empresas produtoras de sementes de soja transgênica no Brasil

	Empresas	País sede do controlador	2015		2020	
			<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)	<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)
Detentor da transgenia utilizada	Bayer (antes Monsanto)	Alemanha (antes EUA)	88,8	0	90	0
	Pioneer/Corteva	EUA	5,8	0	6	0
	Outras	Multinacional	5,4	0	4	
Produção de semente	GDM, Bayer e outras multinacionais	Multinacional	50	0	75 (GDM 38%, Bayer 29%)	0
	TMG e muitas outras	Nacional	50 (33% dos ganhos)	16,5	25 (35% dos ganhos)	8,7
Total (%)				16,5		8,7

Fonte: ABRASS (2020) e ABRASEM (2021).

3.2 FERTILIZANTES

Atuam no setor dois tipos de empresas: aquelas que produzem matérias-primas e produtos intermediários (ou fertilizantes simples) e aquelas que fabricam os fertilizantes formulados. A maior parte da matéria-prima para os fertilizantes utilizados no Brasil é importada de empresas multinacionais estrangeiras. No caso da soja, são usados principalmente os macronutrientes fósforo (44% do total consumido no país são importados) e potássio (95% do total consumido no país são importados), já que a soja praticamente não requer adubação nitrogenada⁴.

No Brasil, a Vale era a maior produtora de fósforo e a única produtora de potássio, mas a Vale Fertilizantes foi adquirida pela Mosaic Fertilizantes em 2018. A Mosaic é proveniente da união entre a Cargill e IMC Global que, em 2014, adquiriu a ADM Fertilizantes e, em 2018, a Vale Fertilizantes. A Mosaic, é dona da Fospar que produz superfosfato simples e fertilizantes especiais com a tecnologia MicroEssentials®.

Dessa forma, para 2015 estimou-se em 21,8% a participação do capital nacional na produção de matérias-primas para os fertilizantes consumidos na cultura da soja no Brasil (35,6% do fósforo e 8% do potássio). Para 2020, com a venda da Vale Fertilizantes, esta participação caiu para 8,7% (17,5% do fósforo e 0% do potássio) (Tabela 2).

Em relação às fabricantes dos fertilizantes, o mercado no Brasil tem forte participação da multinacional Yara, com os grupos nacionais detendo 44,3% do mercado em 2015, participação que caiu para 29,8% em 2020 (Tabela 2). Em 2018, a partir da fusão entre a Agrium e a Potash foi criada a empresa Nutrien de origem canadense e que já aparece como detentora de 10% do mercado brasileiro. Seguindo o exemplo das multinacionais do comércio agrícola, como Archer Daniels Midland, Bunge, e Cargill, a Louis Dreyfus reduziu seus investimentos em fertilizantes devido às baixas perspectivas de crescimento. Ao mesmo tempo, os principais atores do setor de fertilizantes (como a Yara) estão comprando seus concorrentes.

O Grupo Fertipar e a Heringer são as empresas brasileiras com maior participação na fabricação de fertilizantes no Brasil. O Grupo Fertipar produz fertilizantes básicos, fórmulas NPK e fertilizantes especiais, com destaque para Super S (fonte de Nitrogênio, Fósforo e Enxofre) e Extra Total (com micronutrientes). A Heringer produz fertilizantes básicos, fórmulas NPK e fertilizantes especiais, com destaque para FH ATTIVUS (para aplicação foliar)

⁴ No caso de adubos nitrogenados, a Petrobrás arrendou as fábricas da Bahia (Fafen-BA) e de Sergipe (Fafen-SE) para a empresa Proquigel Química S.A em 2019 e fechou fábrica do Paraná (Ansa) em 2020. Com isso, o mercado nacional passou a ser suprido por empresas chinesas em grande parte.

e o FH Micro Total (com micronutrientes). Há alguns anos com dificuldades financeiras, a Heringer (empresa de capital aberto com 56% de capital nacional) entrou em recuperação judicial em 2019 e perdeu parte importante do mercado com o fechamento de parte de suas fábricas. O restante do mercado brasileiro de fertilizantes é atendido por empresas nacionais de caráter regional como a Adubos Araguaia⁵.

3.3 AGROTÓXICOS

Há dois setores de negócios no segmento agrotóxicos: os produtos com patentes que exigem pesquisa e hoje são dominados por grupos multinacionais, e os produtos genéricos, cuja produção é autorizada após o fim do prazo de exclusividade conferido pelas patentes, em relação aos quais a indústria com capital nacional ainda possui participação. Por classes de produtos, no Brasil, os fungicidas atingem 31% das vendas, os inseticidas 29%, seguidos pelos herbicidas, com 27%, e pelos insumos para tratamento de sementes, entre outros produtos, com 12% do total. Em relação às culturas, a soja tem 49% de participação no consumo de agrotóxicos no Brasil (US\$ 6,7 bilhões/ano) (SINDIVEG, 2020).

No segmento de produtos com patentes, há grande número de competidores, mas apenas parte deles com parcela significativa do mercado. No Brasil, em 2015, as multinacionais já controlavam 95,7% das vendas, com destaque para os grupos Syngenta (21,2%), Bayer (15,3%) e Basf (12,4%) e outros grupos multinacionais com fatias menores somando 46,8%. Em 2020 esta situação foi alterada para 94,2% de controle por multinacionais, com destaque para os grupos Syngenta (agora parte da chinesa ChemChina) (18,6% do mercado) e Bayer (agora dona da Monsanto) (com 15,7% do mercado) (Tabela 3)⁶ (AENDA, 2020).

⁵ Muitos produtores também já investem em adubação com micronutrientes (sólido e foliar). A diminuição do custo relativo no uso de micronutrientes e a expectativa de ganhos em escala tem motivado produtores a utilizar micronutrientes como o zinco e o cobalto, o boro e o molibdênio, pela sua influência na fixação simbiótica de nitrogênio na soja. A Produquímica é a principal fornecedora de micronutrientes para a soja no Brasil. Em 2016, a americana Compass Minerals realizou a aquisição da Produquímica (originalmente brasileira). Em 2019, a transição de marcas foi concretizada e a Compass Minerals assumiu integralmente a nova identidade para o mercado brasileiro.

⁶ Em 2017 a ChemChina comprou a empresa suíça Syngenta e, em 2018, a alemã Bayer anunciou a compra da americana Monsanto. Ainda em 2017 DuPont e Dow Chemical, ambas dos EUA, se fundiram na DowDuPont que em 2018 deu origem à Corteva Agriscience™. Em 2019, no entanto, houve a dissolução e passaram a existir três empresas independentes: Dow, Dupont e Corteva. Outro destaque entre as multinacionais é a indiana UPL que aparecia em 2015 como a décima quarta e hoje é a quarta maior empresa de agrotóxicos no mercado brasileiro. A UPL concluiu a aquisição da Arysta LifeScience em 2019 e se tornou uma das cinco maiores empresas do mundo no setor.

Tabela 2 - *Market share* das empresas fabricantes de fertilizantes usados para soja no Brasil

	Empresas	País sede do controlador	2015		2020	
			<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)	<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)
Produção nacional de fósforo (super simples e super triplo)	Vale (agora Mosaic)	Brasil (agora Americana)	52,8	52,8	53	0
	Anglo American	Reino Unido	10,5	0,0	12	0
	Outras	Brasil/Multinacionais	36,7	18,4	35	17,5
	Sub-total			71,2		17,5
	Total (considerando que 50% em 2015 e 56% em 2020 do volume utilizado no país foram de produção nacional)				35,6	
Produção nacional de potássio	Vale (vendida para Mosaic)	Brasil (agora Americana)	100	100	100	0
	Total (considerando que 8% em 2015 e 5% em 2020 do volume utilizado no país foram de produção nacional)			8	8	0
	Total (Média da produção de fósforo e de potássio)			21,8		8,7
Fabricação dos fertilizantes	Yara	Noruega	20,5	20,5	25	0
	Mosaic/ADM	EUA	19,0	19,0	20	0
	Dreyfus	França	1,5	1,5	0	0
	Nutrien	Canadá	0	0	10	0
	Grupo Fertipar	Brasil	17,7	17,7	15	15
	Heringer (em recuperação judicial)	Brasil (56% nacionais)	13,3	7,4	6	3,3
	Maiores regionais	Brasil	8,2	8	7	6,5
	Outros	Brasil/Multinacionais	17,3	8,6	10	5
	Total		100,0	44,3	100,0	29,8
	Total (%) (Média da participação brasileira na produção de matéria-prima e de fertilizantes)			33,5		19,2

Fonte: ANDA (2020).

No segmento de produtos genéricos, há participação de grupos brasileiros, embora a maior parte das empresas do segmento de genéricos no Brasil seja proveniente de outros países, sobretudo da China e da Índia. Empresas nacionais incluem a Nortox, maior empresa brasileira de agroquímicos, a Ourofino, e um grupo de pequenas e microempresas que, juntamente com escritórios de registros, somam mais de 100 pessoas jurídicas. As empresas de capital nacional ampliaram sua participação proporcional de 4,3% para 5,8% do total de agrotóxicos comercializados no País entre os anos de 2015 e 2020 (Tabela 3).

Análises preliminares sugerem que as recentes aprovações de agrotóxicos no governo beneficiam mais as empresas estrangeiras. Dos registros de pesticidas liberados em 2019, apenas 5% são totalmente produzidos em solo nacional (GRIGORI, 2020). O objetivo apontado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para as aprovações foi aumentar a concorrência no mercado (principalmente a partir da liberação de produtos genéricos) e diminuir o preço dos agrotóxicos, o que faria cair o custo de produção no Brasil⁷.

Tabela 3 - *Market share* das empresas fabricantes de agrotóxicos agrícolas no Brasil

Empresas	País sede do controlador	2015		2020	
		<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)	<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)
Syngenta/ ChemChina	Suíça (hoje China)	21,2	0	18,6	0
Bayer	Alemanha	15,3	0	15,7	0
Basf	Alemanha	12,4	0	9,2	0
UPL	Índia	0	0	8,9	0
FMC	EUA	7,1	0	8,5	0
Corteva	EUA	0	0	4	0
DuPont	EUA	6,5	0	4	0
Dow	EUA	5,6	0	3	0
Outras médias	Diversas multinacionais	26,6	0	22,3	0
Nortox	Brasil	2,3	2,3	2,7	2,7
Ourofino	Brasil	1,0	1	2,1	2,1
Grupo de pequenas e micro	Brasil	2,0	1	1	1
Total (%)		100	4,3	100	5,8

Fonte: AENDA (2020), com dados divulgados pelas empresas.

⁷ Em 2019, foram registrados 473 defensivos agrícolas no Brasil. Até 2018 eram 1.945 agrotóxicos liberados comercialmente no Brasil (SANTOS; GLASS, 2018). Dos registrados em 2019, 92% são produtos pós-patentes, ou seja, novas opções de produtos que já estavam aprovados para uso. Também foram utilizadas 24 novas moléculas e foram registrados 40 produtos biológicos.

3.4 MÁQUINAS

O setor de máquinas agrícolas é mundialmente oligopolizado em virtude de um expressivo processo de fusões e aquisições capitaneado pelos grandes grupos internacionais. Três empresas podem ser destacadas como as mais importantes no mundo e no Brasil: John Deere, AGCO (com as marcas Massey Ferguson e Valtra) e CNH (com as marcas Case e New Holland). No Brasil, as três juntas controlam 99,6% das vendas de tratores e 100% da venda de colhedoras (Tabela 4). A participação de capital nacional foi estimada em 1,9% em 2015 e 0,2% em 2020, considerando a participação da brasileira Agrale na produção de tratores, embora seu uso para soja seja limitado por serem tratores relativamente menores⁸.

3.5 AGROINDÚSTRIA E COMERCIALIZAÇÃO (GOVERNANÇA)

As grandes empresas exportadoras multinacionais ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus (conhecidas pela sigla ABCD) oligopolizam a governança da cadeia da soja no Brasil e no mundo. Até 1995, a única empresa do grupo ABCD que possuía unidades de esmagamento de soja no Brasil era a Cargill. Após alguns anos de intenso processo de fusões e aquisições, ADM, Bunge e Dreyfus também passaram a ter unidades de beneficiamento do grão. Em 2016, a *trader* de grãos estatal chinesa China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation (Cofco) passou a compor o grupo dos cinco principais compradores de soja e milho brasileiros. A maior fatia do avanço da Cofco no Brasil ocorreu com as recentes aquisições da Noble Agri e da Nidera.

As informações disponíveis permitem inferir que as multinacionais estrangeiras controlam 83,9% da comercialização da soja brasileira, porcentagem superior aos 69,3% registrados em 2015 (Tabela 5). Estima-se que o capital brasileiro controle 16,1% da comercialização da soja no país, menos do que os 30,7% registrados em 2015 (Tabela 5). Com exceção da Amaggi e da Cutrale, todos os outros principais grupos brasileiros perderam participação do mercado relativamente ao volume comercializado.

⁸ No caso dos implementos agrícolas, como arado de disco e aivecas, escarificadores, distribuidores de calcário e cultivadores, há registro de mais de 400 fabricantes nacionais de máquinas e implementos agrícolas na Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ, 2020). Neste setor, há maior participação de empresas de capital nacional, embora os dados sobre participação no mercado não estejam disponíveis. Existem casos que podem ser ressaltados como experiências de sucesso e com perspectiva de crescimento, como é o caso da Stara, uma empresa 100% brasileira e que está se mostrando competitiva. Outros exemplos incluem a Jumil, a Marchezan e a Jacto. Uma característica do mercado de implementos é a baixa barreira à entrada, pois muitas empresas dominam a tecnologia necessária para a produção dos implementos, tornando o mercado competitivo. Atualmente, há tendência de concentração provocada pela produção de implementos pelas indústrias de tratores, fabricando implementos específicos para suas máquinas.

Tabela 4 - *Market share* das empresas fabricantes de máquinas agrícolas nas vendas internas no Brasil

	Empresas	País sede do controlador	Marcas	2015		2020		
				Unidades vendidas	<i>Market share</i> (%)	Unidades vendidas	<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira (%)
Tratores	AGCO	EUA	Massey Ferguson	9160	25,6	5617	16,9	0
			Valtra	7976	22,3	4433	13,4	0
	CNH	Itália	Case	2299	6,4	3127	9,4	0
Colhedoras	John Deere	EUA	New Holland	6897	19,3	7664	23,1	0
	Agrale S.A	Brasil	John Deere	8041	22,5	12164	36,7	0
	AGCO	EUA	Agrale	1340	3,8	143	0,4	0,4
	CNH	Itália	Massey Ferguson	404	10,3	357	6,4	0
			Valtra	124	3,2	51	0,9	0
John Deere	EUA	John Deere	1215	31,0	1872	33,5	0	
Total (%)								1,9

Fonte: calculado a partir de dados fornecidos pela ANFAVEA (2020).

A Amaggi é uma empresa familiar que produz soja e atua na compra, venda e no beneficiamento de grãos de soja e de milho. A empresa cresceu particularmente no estado do Mato Grosso, mas já possui operações internacionais. A Cutrale é empresa tradicional da área de citros e sucos, mas diversificou seus negócios e ampliou suas atividades com a comercialização de soja a partir de 2013.

A Coamo, sediada em Campo Mourão (Paraná), recebe e comercializa a produção agrícola dos mais de 29 mil associados em 110 unidades localizadas em 71 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. A cooperativa se mantém entre as principais exportadoras de soja de capital nacional. A Bianchini S.A. é uma empresa familiar de capital fechado 100% nacional que atua no ramo industrial de extração de óleos vegetais e produção de farelos, a partir do processamento da soja.

A Granol já foi umas das principais produtoras de biodiesel do país. No entanto, com dificuldades financeiras, em 2019, a empresa industrializou 218 mil toneladas de soja, bem abaixo de sua capacidade instalada de 750 mil. A Caramuru Alimentos é uma das maiores processadoras de grãos de capital nacional atendendo consumidores de diversas regiões do Brasil, além de fornecer matéria prima diferentes indústrias. Tem como estratégia de crescimento a agregação de valor em *commodities* diferenciadas para nichos valorizados de mercado, com destaque para os não transgênicos (NGMO), glicerina, proteína concentrada de soja e produção de etanol a partir do melaço de soja.

Em 2018 a ADM anunciou a compra das plantas de Uberlândia (MG) e Porto Franco (MA) da Algar Agro no Brasil. Com a venda, a Algar Agro saiu do segmento de esmagamento e comercialização de soja para focar na produção de grãos e investir em outros setores fora do agronegócio. A COMIGO tem 54% dos negócios em torno da soja com a comercialização da produção de seus 8.300 cooperados, produção de óleo e de farelo e ração animal à base de soja para o mercado regional.

Tabela 5 - *Market share* das empresas que comercializam soja em grãos, farelo e óleo

Empresas	País sede do controlador	2015		2020		
		<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira	Volume comercializado (mi de t)	<i>Market share</i> (%)	Participação brasileira
Cargill	EUA	12,4	0,0	11,0	11,4	0,0
Bunge	EUA	15,7	0,0	9,1	9,4	0,0
ADM	EUA	10,0	0,0	7,5	7,8	0,0
Dreyfus	Países Baixos	5,4	0,0	7,3	7,5	0,0
Cofco	China	0,0	0,0	3,7	3,8	0,0
Outras	Multinacionais	25,8	0,0	42,4	43,8	0,0
Amaggi	Brasil	4,1	4,1	6,4	6,6	6,6
Coamo	Brasil	4,5	4,5	2,3	2,3	2,3
Centrale	Brasil	0,1	0,1	1,6	1,7	1,7
Bianchini	Brasil	3,5	3,5	1,2	1,2	1,2
Caramuru	Brasil	2,3	2,3	1,0	1,0	1,0
Granol	Brasil	3,5	3,5	0,2	0,2	0,2
Comigo	Brasil	1,7	1,7	0,1	0,1	0,1
Algar Agro	Brasil	1,7	1,7	0,0	0,0	0,0
Outras	Brasil	9,3	9,3	2,8	2,9	2,9
Total		100,0	30,7	96,7	100,0	16,1

Fonte: Projeto Trase (TRASE, 2020).

3.6 CUSTO DA TERRA E MÃO DE OBRA

O Brasil vem experimentando mudanças no perfil do sojicultor. O produtor particular está dando lugar a grandes grupos nacionais e empresas multinacionais como a Los Grobo, que arrenda terras e administra lavouras, e a Agrinvest, que compra terras com recursos oriundos da emissão de títulos em câmaras internacionais de compensação (WESZ JUNIOR; GRISA, 2017). No Brasil, existem 33,2 mil imóveis cadastrados que pertencem a estrangeiros, ocupando 3,8 milhões de hectares (HAGE; PEIXOTO; VIEIRA FILHO, 2012; KATO; LEITE, 2020). Considerando-se o interesse prioritário do capital internacional na produção de grãos e sabendo-se que a área utilizada para grãos no Brasil está em torno de 57,2 milhões de hectares, estimou-se em 93,4 a porcentagem da área pertencente ao capital nacional. Já a mão de obra envolvida no trabalho foi estimada em 100% nacional (Tabela 6).

Considerando a participação proporcional do capital brasileiro no total da cadeia, o *market share* dos grupos domésticos foi estimado em 40% em 2015 e em 34,6% em 2020 (Tabela 6). Nos segmentos mais intensivos em tecnologia e capital (sementes, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e agroindústria), o conjunto da participação brasileira caiu de 12,5% em 2015 para 7,1% em 2020.

Tabela 6 - Participação proporcional do capital brasileiro ao longo da cadeia da soja produzida no Brasil

	2015		2020	
	<i>Market share</i> de grupos brasileiros por etapa da cadeia (%)	Participação proporcional do capital brasileiro no total da cadeia (%)	<i>Market share</i> de grupos brasileiros por etapa da cadeia (%)	Participação proporcional do capital brasileiro no total da cadeia (%)
Sementes	16,5	2,4	8,7	1,2
Fertilizantes	33,5	4,8	19,2	2,7
Agrotóxicos	4,3	0,6	5,8	0,8
Máquinas	1,9	0,3	0,2	0,02
Agroindústria	30,7	4,4	16,1	2,3
Custo da terra	93,4	13,3	93,4	13,3
Mão de obra	100	14,2	100	14,3
Total		40		34,6

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados sistematizados nas Tabelas 1 a 5 deste artigo.

4 DISCUSSÃO

O estudo da cadeia produtiva da soja no Brasil revela que a atual abordagem econômica neoliberal resultou em um negócio com grande participação de multinacionais estrangeiras. No entanto, a expansão do agronegócio gera oportunidades que possibilitam a participação relevante de grupos domésticos em vários segmentos produtivos. Mesmo com a liberalização econômica, a cadeia produtiva da soja no Brasil segue fomentada por políticas agrícolas fundamentais para apoiar grupos domésticos em segmentos-chave. Esses resultados sugerem que o aumento da participação de mercado dos grupos brasileiros no agronegócio demanda uma política agroindustrial em favor do agronegócio brasileiro, com inspiração no paradigma novo-desenvolvimentista.

4.1 PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL DOMÉSTICO EM AMBIENTE NEOLIBERAL

Com base no estudo detalhado da cadeia produtiva da soja no Brasil, revelou-se que a atual abordagem econômica neoliberal resultou em um negócio dinamizado por empresas multinacionais estrangeiras que detêm 65,4% da cadeia produtiva. O controle dos grupos estrangeiros é maior em segmentos intensivos em capital e tecnologia como sementes, agrotóxicos e máquinas, setores onde a participação doméstica é de apenas 8,7%, 5,8% e 0,2% do mercado, respectivamente. Parte importante do capital doméstico está concentrada na produção agrícola da matéria-prima.

De fato, com a liberalização econômica, a entrada de capital internacional no país impulsionou o agronegócio, particularmente a partir da década de 1990 (SAES; SILVEIRA, 2014). Mas a abertura ao capital internacional também resultou em uma perda de participação dos grupos domésticos devido à crescente concentração do mercado por multinacionais estrangeiras em alguns segmentos (SANTOS; GLASS, 2018). Este estudo revela que, na cadeia produtiva da soja, os últimos cinco anos consolidaram o controle de multinacionais estrangeiras nos principais segmentos produtivos à montante e à jusante da fazenda. Essa situação de dependência leva a questionamentos sobre oportunidades geradas pela recente expansão do agronegócio no país que poderiam ser aproveitadas pelos grupos empresariais locais.

4.2 OPORTUNIDADES CRIADAS POR UM PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE ASSOCIADO

Apesar do oligopólio das multinacionais estrangeiras em parte dos segmentos da cadeia produtiva da soja, os avanços do agronegócio no Brasil oferecem espaços que podem ser ocupados pelas empresas brasileiras, caracterizando uma situação de desenvolvimento dependente associado. Hoje, 34,6% do mercado da soja são detidos por empresas brasileiras, com destaque para segmentos como produção em campo, fertilizantes e agroindústria, com participação doméstica de 93,4%, 19,2% e 16,1%, respectivamente.

A liberalização do mercado, que levou à recente expansão do agronegócio em todo o país, em parte com investimentos estrangeiros, criou novas oportunidades de negócios para grupos locais. O desenvolvimento dependente associado assume uma ligação entre desenvolvimento local e dependência externa (CARDOSO; FALETTO, 1979). Portanto, é essencial discutir em que

medida as oportunidades geradas em cadeias dinâmicas globalizadas permitem que os países em desenvolvimento evoluam de sua situação atual de dependência associada para um novo paradigma de desenvolvimento, com maior controle de grupos locais. Estudos mostram que os impactos econômicos positivos causados pelos investimentos nos setores do agronegócio são maiores do que os de outros setores industriais (COSTA; GUILHOTO; IMORI, 2014).

4.3 POLÍTICA AGROINDUSTRIAL DE INSPIRAÇÃO NOVO DESENVOLVIMENTISTA

Os investimentos estrangeiros potencialmente dinamizaram o agronegócio ao atrair capital para o país (GARCIA; LUNAS LIMA; PINTO VIEIRA, 2015), mas os grupos domésticos também podem manter participação importante em diferentes segmentos da cadeia produtiva. Principalmente na produção em campo (com 93,4% de participação doméstica), o apoio de políticas agrícolas tem sido fundamental para a consolidação dos agricultores na cadeia produtiva da soja. O futuro do agronegócio brasileiro passa pela construção de uma estratégia de ampliação da participação doméstica nos segmentos agroindustriais estabelecidos a montante e a jusante da produção agropecuária. A política agroindustrial deve, portanto, apoiar os produtores rurais, mas também os demais segmentos do agronegócio.

Experiências recentes com o novo desenvolvimentismo no Brasil ilustram o potencial de um Estado com políticas industriais e sem a necessidade de romper com as políticas macroeconômicas liberais (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). O Estado pode ajudar empreendedores a encontrar novas atividades inovadoras e também se concentrar em atividades com alto potencial de gerar externalidades econômicas positivas (NASSIF; BRESSER-PEREIRA; FEIJO, 2017).

Esta abordagem considera que os investimentos estrangeiros podem desempenhar papel importante na promoção de setores econômicos dinâmicos nos países em desenvolvimento, como é o caso do agronegócio, conforme revelado pelo paradigma de desenvolvimento dependente associado (CARDOSO; FALETTO, 1979). Mas vai além ao sugerir que os governos podem apoiar empreendedores locais a participar desses setores dinâmicos, produzindo bens que melhor remuneram capital e trabalho, conforme sugerido pelo paradigma novo-desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2020). Ao se envolver em mercados globais com base em uma abordagem estratégica para o desenvolvimento, os países podem explorar oportunidades para grupos domésticos aumentarem sua participação nos setores agroindustriais (NASSIF; BRESSER-PEREIRA; FEIJO, 2017).

CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo revelam que os grupos brasileiros perderam participação no agronegócio da soja feito no Brasil nos últimos anos, passando de 40% do total do negócio em 2015 para 34,6% em 2020. Neste período, houve mudanças na participação dos grupos domésticos nos segmentos de sementes (de 16,5% para 8,7% do mercado), de fertilizantes (de 33,5% para 19,2%), de agrotóxicos (de 4,3% para 5,8%), de máquinas (de 1,9% para 0,2%) e de agroindústria (de 30,7% para 16,1%). Nestes setores mais intensivos em capital e em tecnologia (excluindo a terra e mão de obra para a produção no campo), a participação brasileira caiu proporcionalmente de 12,5% para 7,1% entre os anos de 2015 e 2020.

Além da perda de participação de grupos domésticos ao longo da cadeia produtiva, outro fenômeno relacionado é a crescente concentração do setor em número cada vez menor de grandes empresas multinacionais estrangeiras. No Brasil, o mercado de sementes de soja é dominado pela Bayer; a indústria de fertilizantes pela Yara e pela Mosaic; a indústria química de agrotóxicos tem grande participação da Syngenta (ChemChina) e da Bayer; o setor de máquinas agrícolas é controlado pelas multinacionais AGCO, CNH e John Deere; e o setor de comercialização pelas tradings do grupo ABCD.

O futuro do agronegócio brasileiro passa pela construção de uma estratégia de integração vertical do capital doméstico ao longo dos segmentos agroindustriais estabelecidos a montante e a jusante da produção agropecuária. É nestes setores industriais e tecnológicos que estão os negócios mais rentáveis do agronegócio feito no país. A ampliação da participação dos grupos brasileiros requer uma política agrícola e industrial em favor dos empreendedores locais. Esta estratégia implica ir além da visão atual para a competitividade do setor que, muitas vezes, tem ficado restrita à expansão horizontal para novas fronteiras agrícolas pela redução do Custo Brasil.

Para isso, a política agrícola precisa evoluir do atual enfoque quase exclusivo no crédito subsidiado (principalmente de custeio) aos produtores rurais para investimentos mais abrangentes que podem trazer retornos de mais longo prazo para o agronegócio como um todo. Igualmente importante é a construção de uma política agroindustrial de apoio aos segmentos industriais das cadeias produtivas.

REFERÊNCIAS

- ABIMAQ. Indicadores conjunturais. **ABIMAQ**, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/site.aspx/AbimaqIndicadores-Conjunturais>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ABRASEM. Início. **ABRASEM**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://www.abrasem.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ABRASS. Inicial. **ABRASS**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://abras.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- AENDA. Quem somos. **AENDA**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.aenda.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ANDA. Quem somos. **ANDA**, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://anda.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ANFAVEA. **Anuário da indústria automobilística brasileira: competitividade**. São Paulo: ANFAVEA, 2020. Disponível em: <https://anfavea.com.br/anuario2020/anuario.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- APROSOJA BRASIL. Início. **Aprosoja Brasil**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://aprosojabrasil.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **The rise of a new developmental macroeconomics for middle- income countries: from classical to new developmentalism**. Berlin: Dialogue of Civilizations Research Institute gGmbH, 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo desenvolvimentismo - um segundo momento do estruturalismo latino-americano. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-20, 2020.
- BRITTO, G.; ROMERO, J. P.; FREITAS, E. La gran brecha: complejidad económica y trayectorias de desarrollo del Brasil y la República de Corea. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, v. 127, p. 217-241, 2019.
- CANO, W. (Des)industrialização e (sub)desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 139-174, jul./dez. 2014.
- CARDOSO, F. G.; REIS, C. F. D. B. Centre and periphery in global value chains: An interpretation based on the pioneers of development. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1-32, 2018.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependency and development in Latin America**. Berkeley: University of California Press, 1979.

CEPEA. PIB do agronegócio - Dados de 1994 a 2019. **CEPEA**, Piracicaba, 2020. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 08 jan. 2021.

CORONEL, D. A. Processo de desindustrialização da economia brasileira e possibilidade de reversão. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 17, n. 3, p. 389-398, 2020.

COSTA, C.; GUILHOTO, J.; IMORI, D. Importância dos setores agroindustriais na geração de renda e emprego para a economia brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S. L.], v. 51, n. 4, p. 797-814, 2014.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. A concept of agribusiness. **American Journal of Agricultural Economics**, [S. L.], v. 39, n. 4, p. 1042-1045, Nov. 1957.

DI MEGLIO, G. *et al.* Services in developing economies: the deindustrialization debate in perspective. **Development and Change**, [S. L.], v. 49, n. 6, p. 1495-1525, 2018.

ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. C. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo. **GeoTextos**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 217-238, jul. 2015.

FISCHER, A. M. Bringing development back into development studies. **Development and Change**, [S. L.], v. 50, n. 2, p. 426-444, 2019.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1961.

GARCIA, J. R.; LUNAS LIMA, D. A. L.; PINTO VIEIRA, A. C. A nova configuração da estrutura produtiva do setor sucroenergético brasileiro: Panorama e perspectivas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 162-184, 2015.

GRIGORI, P. Aprovações de agrotóxicos no governo Bolsonaro beneficiam empresas estrangeiras. **Repórter Brasil**, São Paulo, 14 maio 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/05/aprovacoes-de-agrotoxicos-no-governo-bolsonaro-beneficiam-empresas-estrangeiras/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

HAGE, F.; PEIXOTO, M.; VIEIRA FILHO, J. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma avaliação jurídica e econômica**. Brasília, DF: Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, 2012. (Textos para discussão, 114).

- KATO, K.; LEITE, S. P. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, [S. L.], v. 16, n. 29, p. 458-489, 2020.
- KEYNES, J. M. General theory of employment, interest and money. **Quarterly Journal of Economics**, [S. L.], v. 51, 1936.
- MEDINA, G.; SANTOS, A. Dynamics of the Brazilian Countryside: an actor-specific assessment on possibilities for sustainable agricultural development. **Development and Change**, [S. L.], v. In press, 2016.
- MEDINA, G.; RIBEIRO, G.; BRASIL, E. Participação do capital brasileiro na cadeia produtiva da soja: lições para o futuro do agronegócio nacional. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 13, n. 1, 2, 3, p. 3-38, 2016.
- MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, [S. L.], v. 31, n. 124, p. 507-527, out./dez. 2011.
- MURPHY, S.; BURCH, D.; CLAPP, J. Cereal secrets: the world's largest commodity traders and global trends in agriculture. **Oxfam Research Reports**, [S. L.], p. 1-79, Aug. 2012.
- NASSIF, A.; BRESSER-PEREIRA, L. C.; FEIJO, C. The case for reindustrialisation in developing countries: towards the connection between the macroeconomic regime and the industrial policy in Brazil. **Cambridge Journal of Economics**, [S. L.], p. 355-381, Feb. 2017.
- PEET, R.; HARTWIK, E. **Theories of development**. New York: The Guilford Press, 1999.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- SAES, M. M.; SILVEIRA, R. L. F. Novas formas de organização nas cadeias agropecuárias brasileiras: Tendências recentes. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 386-407, 2014.
- SANTOS, M.; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
- SAUER, S.; BALESTRO, M. V.; SCHNEIDER, S. The ambiguous stance of Brazil as a regional power: piloting a course between commodity-based surpluses and national development. **Globalizations**, [S. L.], v. 15, n. 1, p. 32-55, 2018.

SINDIVEG. Associadas. **SINDIVEG**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://sindiveg.org.br/associadas/>. Acesso em: 09 fev. 2021.

SMITH, A. **The wealth of nations**. London: William Strahan: Thomas Cadell, 1776.

STOSBERG, J. **Political risk and the institutional environment for foreign direct investment in Latin America**. London: NED, 2005.

TRASE. Transparent supply chains for sustainable economies. **Trase**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://trase.earth/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

WESZ JUNIOR, V. J.; GRISA, C. O Estado e a soja no Brasil: a atuação do crédito rural de custeio (1999-2015). *In*: MALUF, R. S. (ed.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 97-111.

WILKINSON, J. Transformações e perspectivas dos agronegócios brasileiros. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v. 39, n. SUPPL. 1, p. 26-34, 2010.

Texto submetido à Revista em 06.04.2020
Aceito para publicação em 23.03.2021